

NORDESTE PARA ALÉM DOS ESTEREÓTIPOS: O POTENCIAL DA DIVERSIDADE REGIONAL NO ENSINO DA GEOGRAFIA

Northeast Beyond Stereotypes: The Potential of Regional Diversity in Geography Teaching

El Nordeste Más Allá de los Estereotipos: El Potencial de la Diversidad Regional en la Enseñanza de la Geografía



Emerson Santos da Silva 

Universidade Federal do vale do São Francisco (UNIVASF)
E-mail: emersoon.222@gmail.com

Ana Célia Silva Menezes 

Universidade Federal do vale do São Francisco (UNIVASF)
E-mail: anacelia.menezes1@gmail.com

RESUMO

O presente artigo analisa a construção histórico-social e imagético-discursiva da região Nordeste brasileira, problematizando os processos de representação que contribuíram para a consolidação de estereótipos acerca dessa região e de seus habitantes. Fundamentado, principalmente, na perspectiva de Albuquerque Júnior (2011), que compreende o Nordeste como uma produção histórica e discursiva, e dialogando com as contribuições de Hall (2003), Bauman (2005), Carvalho (2012; 2014), Cavalcanti (2002) e Freire (1989; 1996), o estudo tem como objetivo analisar como discursos históricos, científicos, políticos, midiáticos e culturais participaram da homogeneização da imagem da região e discutir as contribuições do ensino de Geografia para a problematização dessas representações. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, cuja análise consistiu na interpretação crítica das obras selecionadas, buscando identificar como diferentes autores explicam a constituição simbólica do Nordeste, os interesses históricos envolvidos na difusão de determinados imaginários regionais e as possibilidades de sua ressignificação no contexto escolar. Os resultados evidenciam que a redução do Nordeste a imagens associadas à seca, ao atraso e à pobreza decorre de processos históricos e discursivos que invisibilizam sua diversidade natural, social, econômica e cultural. Conclui-se que o ensino de Geografia, fundamentado em uma perspectiva crítica e contextualizada, constitui importante instrumento para a desconstrução de estereótipos, o enfrentamento de preconceitos regionais e a formação de sujeitos capazes de realizar uma leitura crítica do território e das relações de poder que produzem tais representações.

Palavras-chave: Nordeste; Ensino de Geografia; Regionalização; Representações; Identidade.

Histórico do artigo

Recebido: 16 abril, 2026

Aceito: 31 julho, 2026

Publicado: 11 outubro 2026

ABSTRACT

This article analyzes the historical-social and imagetic-discursive construction of Brazil's Northeast region, examining the representational processes that have contributed to the consolidation of stereotypes about this region and its inhabitants. Grounded primarily in Albuquerque Júnior's (2011) perspective, which understands the Northeast as a historical and discursive construction, and drawing on the contributions of Hall (2003), Bauman (2005), Carvalho (2012; 2014), Cavalcanti (2002), and Freire (1989; 1996), the study aims to examine how historical, scientific, political, media, and cultural discourses have contributed to the homogenization of the region's image and to discuss the contributions of Geography teaching to the critical examination of these representations. Methodologically, this is a qualitative bibliographic study based on the critical interpretation of selected works, seeking to identify how different authors explain the symbolic constitution of the Northeast, the historical interests underlying the dissemination of regional imaginaries, and the possibilities for their reinterpretation within the school context. The findings indicate that the reduction of the Northeast to images associated with drought, backwardness, and poverty results from historical and discursive processes that obscure its natural, social, economic, and cultural diversity. The study concludes that Geography teaching, grounded in a critical and contextualized educational perspective, is an important tool for deconstructing stereotypes, confronting regional prejudice, and fostering the development of learners capable of critically interpreting the **region** and the power relations that shape such representations.

Keywords: Northeast; Geography Education; Regionalization; Representations; Identity.

RESUMEN

El presente artículo analiza la construcción histórico-social e imagético-discursiva de la región Nordeste de Brasil, problematizando los procesos de representación que contribuyeron a la consolidación de estereotipos sobre esta región y sus habitantes. Fundamentado principalmente en la perspectiva de Albuquerque Júnior (2011), quien comprende el Nordeste como una producción histórica y discursiva, y en diálogo con las contribuciones de Hall (2003), Bauman (2005), Carvalho (2012; 2014), Cavalcanti (2002) y Freire (1989; 1996), el estudio tiene como objetivo analizar cómo los discursos históricos, científicos, políticos, mediáticos y culturales participaron en la homogeneización de la imagen de la región y discutir las contribuciones de la enseñanza de la Geografía para la problematización de dichas representaciones. Metodológicamente, se trata de una investigación bibliográfica de enfoque cualitativo, cuyo análisis consistió en la interpretación crítica de las obras seleccionadas, buscando identificar cómo diferentes autores explican la constitución simbólica del Nordeste, los intereses históricos implicados en la difusión de determinados imaginarios regionales y las posibilidades de su resignificación en el contexto escolar. Los resultados evidencian que la reducción del Nordeste a imágenes asociadas con la sequía, el atraso y la pobreza es resultado de procesos históricos y discursivos que invisibilizan su diversidad natural, social, económica y cultural. Se concluye que la enseñanza de la Geografía, fundamentada en una perspectiva crítica y contextualizada, constituye un importante instrumento para la deconstrucción de estereotipos, el enfrentamiento de prejuicios regionales y la formación de sujetos capaces de realizar una lectura crítica de la **región** y de las relaciones de poder que producen dichas representaciones.

Palabras clave: Nordeste; Enseñanza de la Geografía; Regionalización; Representaciones; Identidad.



1 INTRODUÇÃO

A compreensão das dinâmicas espaciais brasileiras exige atenção às categorias e conceitos da Geografia, dentre as quais a noção de região se destaca como uma das mais complexas. Em um país marcado por fortes desigualdades socioespaciais, diferentes processos históricos e intensas construções simbólicas, o estudo das regionalizações ganha relevância por permitir o entendimento das formas como o território é organizado, administrado e interpretado.

O processo de regionalização pode ocorrer a partir de diferentes critérios e objetivos. Embora a região constitua uma realidade espacial, ela deve ser compreendida para além de sua aparência imediata, sendo resultado de processos de análise e delimitação do espaço geográfico (Nóbrega, 2015). Nesse sentido, a regionalização fundamenta-se na definição de critérios que buscam identificar elementos de coesão entre determinadas áreas, produzindo recortes espaciais que auxiliam na compreensão da realidade.

Nesse contexto, partindo do entendimento de que as regionalizações são construções históricas, sociais e políticas, este artigo busca compreender como se deu a construção histórica e simbólica da Região Nordeste a partir de estereótipos e qual o papel do ensino da Geografia na desconstrução de tais estigmas. Conforme Ribeiro (1995), o Nordeste desempenhou papel fundamental na formação histórica do Brasil. Segundo o autor, a expansão da economia açucareira no litoral articulou-se à pecuária desenvolvida no interior, contribuindo para a ocupação dos sertões e para a constituição do chamado Brasil sertanejo. Essa formação histórica, entretanto, não explica por si só a constituição da ideia contemporânea de Nordeste, posteriormente produzida também por discursos, imagens e representações.

Deste modo, apesar de toda a riqueza física, histórica, social e cultural que caracterizam a região, sua imagem tem sido frequentemente reduzida por discursos pautados em equívocos, generalizações e preconceitos que a associam exclusivamente ao sertão ou a elementos como a seca, o cangaço e a pobreza, desconsiderando a diversidade que marca sua constituição territorial.

Embora investigações de caráter histórico sobre o território nordestino já fossem realizadas desde a década de 1960, com destaque para os estudos de Aziz Ab'Sáber sobre os domínios morfoclimáticos do Brasil (Ab'Sáber, 1969) e para o Projeto RADAMBRASIL, desenvolvido nos anos 1980 sob coordenação do Ministério de Minas e



Energia (MME) e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) (RADAMBRASIL, 1983), o Nordeste e o semiárido brasileiro continuam figurando entre as regiões mais pesquisadas e, ao mesmo tempo, menos compreendidas do país.

Dessa maneira, considerando que a Geografia escolar trabalha diretamente com categorias como região, território, paisagem e identidade, essa disciplina possui papel fundamental na problematização das representações construídas acerca do Nordeste (Cavalcanti, 2013). Ao possibilitar a compreensão crítica das regionalizações, o ensino de Geografia contribui para questionar estereótipos historicamente consolidados e para valorizar a diversidade presente na região.

Trabalhos de Albuquerque Júnior (2011), Andrade (2007), Garcia (2017), Tamanini e Silva (2019) e Carvalho (2012; 2014) evidenciam que a imagem do Nordeste foi construída historicamente por meio de discursos, representações e práticas sociais que reforçaram estereótipos relacionados à seca, ao atraso e à pobreza. Em contrapartida, esses estudos demonstram a diversidade regional e apontam o ensino de Geografia como espaço privilegiado para problematizar tais representações.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo analisar como o Nordeste brasileiro foi historicamente construído e representado, discutindo de que maneira tais representações contribuíram para sua homogeneização, bem como o papel do ensino de Geografia na problematização dessas narrativas. Do ponto de vista teórico, o estudo fundamenta-se principalmente nas contribuições de Albuquerque Júnior (2011) e Albuquerque (2014), adotando a compreensão do Nordeste como uma construção histórico-social e imagético-discursiva, produzida por diferentes discursos ao longo do tempo. No campo educacional, dialoga-se com a perspectiva freireana de educação crítica e contextualizada (Freire, 1996), que compreende o processo educativo como instrumento de leitura crítica da realidade.

O presente artigo surge de discussões desenvolvidas no âmbito da pós-graduação, especialmente a partir de debates teóricos sobre regionalização, identidade e ensino contextualizado. Ademais, de reflexões construídas a partir da prática cotidiana em sala de aula que possibilitou a observação de como os estereótipos sobre a região Nordeste ainda estão presentes no contexto escolar, reforçando a relevância de uma abordagem crítica no ensino de Geografia voltada à problematização dessas representações.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa. A análise dos textos foi realizada por meio de interpretação crítico-analítica das categorias região, identidade, representação e ensino de Geografia. O artigo está



organizado em uma seção de fundamentação teórica subdividida em dois eixos analíticos. O primeiro aborda a construção histórica e simbólica do Nordeste e sua diversidade natural, social e cultural; o segundo discute as contribuições do ensino de Geografia para a desconstrução de estereótipos e para a valorização da pluralidade regional.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Antes de descrever as características do Nordeste, é necessário problematizar a própria noção de Nordeste enquanto região. Neste estudo, adota-se a perspectiva de Albuquerque Júnior (2011), para quem o Nordeste não deve ser compreendido apenas como uma delimitação territorial ou realidade físico-natural, mas também como uma construção histórica e discursiva produzida por diferentes agentes sociais ao longo do tempo. Conforme o autor,

O discurso regionalista não mascara a verdade da região, ele a institui. [...] O Nordeste é uma produção imagético-discursiva formada a partir de uma sensibilidade cada vez mais específica, gestada historicamente, em relação a uma dada área do país. E é tal a consistência desta formulação discursiva e imagética que dificulta, até hoje, a produção de uma nova configuração de "verdades" sobre este espaço (Albuquerque, 2011, p. 62).

Nessa direção, Albuquerque Júnior (2011) demonstra que a invenção do Nordeste está associada à construção de um campo de dizibilidades e visibilidades que estabelece quais discursos podem ser enunciados e quais imagens podem ser reconhecidas como legítimas sobre a região. Ao longo desse processo, determinados signos, como a seca, o sertão e a figura do sertanejo, foram reiteradamente mobilizados até se converterem em referências quase naturais do Nordeste. Ao mesmo tempo, outras experiências, paisagens, sujeitos e formas de vida foram obscurecidas, produzindo uma leitura parcial e homogeneizadora da região. Assim, mais do que refletir uma realidade preexistente, essas representações contribuíram para instituir socialmente o próprio Nordeste enquanto objeto de conhecimento e identidade regional.

De acordo com Garcia (2017), esta região não é sequer uma só, existem vários nordestes de características climáticas, humanas e culturais distintas entre si. No entanto, a construção equivocada do imaginário da região e das pessoas que nela vivem, muitas vezes reforçada por dispositivos midiáticos e pela arte moderna, reverberou na constituição



do Nordeste enquanto tão e somente o sertão e seus símbolos. Como observa Garcia (2017), quando se pensa no Nordeste, determinadas imagens são imediatamente evocadas

Quando se fala em nordeste, vem imediatamente à lembrança a imagem de uma região de extrema miséria, sujeita a secas periódicas, que dizimam os rebanhos e frustram as lavouras, provocando o êxodo e a morte por fome e sede. Ou então a truculência dos “coronéis” proprietários de terra, mandando matar ou surrar os trabalhadores e tentando impedir que eles se organizem [...] (Garcia, 2017 p. 5)

Esta imagem construída do Nordeste está muito atrelada às características climáticas e sociais de uma das mais importantes subdivisões nordestinas, o sertão. Esta região é abarcada quase que completamente pelo clima semiárido marcado por fortes ciclos de estiagens que costumam atingir a área colaborando para desarticular as condições de vida da população que vive no local (Marengo et al, 2011).

Além das características climáticas, a forte construção sociocultural do povo sertanejo é outro fator que marca a construção estereotipada do nordestino. Conforme Darcy Ribeiro (1995), a expansão da pecuária pelo interior nordestino contribuiu para a formação do chamado Brasil sertanejo, marcado por modos de vida e práticas culturais específicos. Embora essa herança seja fundamental para compreender a identidade sertaneja e a formação histórica da região, suas características passaram, muitas vezes, a ser tomadas como representativas de todo o Nordeste.

Assim, diferentes mídias e produções culturais passaram a difundir uma representação do Nordeste fortemente associada ao sertão e ao sertanejo, contribuindo para a invisibilização de outros aspectos que evidenciam a diversidade e a riqueza da região. Segundo Garcia (2017) muito desta riqueza é estudado, no entanto, a despeito dos estudos, a incompreensão destes é um fator que contribui para a não utilização das suas potencialidades. Segundo o autor:

Costuma-se ver o Nordeste como a região mais estudada e menos compreendida do Brasil. E é verdade, mas apenas em parte. O Nordeste é realmente a área do Brasil que mais se estudou e sobre a qual foram escritos mais livros de história e sociologia. Entretanto, muito pouco existe sobre aspectos técnicos e científicos da região para que permita um conhecimento exato das suas potencialidades e recursos. (Garcia, 2017 p. 8)

Assim, os inúmeros recursos, riquezas e a multiplicidade da região ficam perdidos em meio a uma construção histórica de representações reducionistas. A respeito de tais representações, Albuquerque (2014), salienta que a arte moderna forneceu material para



que a mesma fosse naturalizada e o nordeste surgisse enquanto uma região intocada pela modernidade e pela imigração, fortalecendo a imagem de que São Paulo carregava o progresso. Ademais, a construção do imaginário do Nordeste enquanto sertão é um fato histórico, que consistia na diferenciação daquilo que destoava da Europa na época. De acordo com Albuquerque (2014),

Como as grandes metrópoles se assemelhavam muito aos grandes centros europeus, a necessidade de encontrar a nacionalidade vem da necessidade de diferenciar um espaço de outro. As semelhanças são abandonadas para dar lugar às diferenças, para dar lugar aquilo que lá, na Europa, não se encontrava: O Sertão (Albuquerque, 2014, p. 05).

Deste modo, a região nordeste desponta enquanto o lugar do diferente. Ideia que é reiterada por algumas camadas sociais, pela mídia e pela arte moderna. Portanto, cabe destacar que, embora o sertão e todos os seus múltiplos e ricos elementos, sejam partes fundamentais e importantes da construção do Nordeste, a redução da região a tão somente estes elementos é preconceituosa.

Compreender as riquezas do Nordeste exige reconhecer que a região passou por profundas transformações econômicas e territoriais ocorridas nas últimas décadas. Em conformidade com Garcia (2017), Araújo (2020) reforça que não existe um único Nordeste, mas múltiplos "Nordestes", marcados por dinâmicas distintas de urbanização, industrialização, expansão do setor de serviços e modernização produtiva. Como destaca a autora,

No global, nas décadas dos 60, 70 e 80, o Nordeste foi a região que apresentou a mais elevada taxa média de crescimento do PIB no País. De 1960 a 1988, a economia nordestina suplantou a taxa de crescimento média do País em cerca de 10%; e entre 1965 e 1985, o PIB gerado no Nordeste cresceu (média de 6,3% ao ano) mais que o do Japão no mesmo período (5,5% ao ano) (Araújo, 2020, p. 4).

Atualmente, a região apresenta importantes polos industriais, forte crescimento do turismo, expansão das energias renováveis e grande diversidade de atividades econômicas, elementos que contrastam com as representações que a associam exclusivamente ao atraso e à pobreza. Ainda segundo Araújo (2020),

“Nos anos recentes, movimentos importantes da economia brasileira tiveram repercussões fortes na região Nordeste. Tendências da acumulação privada reforçadas pela ação estatal, quando não



comandadas pelo Estado brasileiro, fizeram surgir e desenvolver no Nordeste diversos subespaços dotados de estruturas econômicas modernas e ativas, focos de dinamismo em grande parte responsáveis pelo desempenho relativamente positivo apresentado pelas atividades econômicas na região. (Araújo, 2020, p. 12).

Esse processo de modernização seletiva do espaço nordestino evidencia que o desenvolvimento regional não ocorre de forma homogênea, mas sim de maneira fragmentada e concentrada em áreas específicas. Ao mesmo tempo em que alguns territórios passam a integrar circuitos produtivos mais dinâmicos, fortemente articulados ao capital nacional e internacional, outras regiões permanecem à margem desses investimentos, reproduzindo desigualdades históricas.

Não é possível, portanto, compreender o Nordeste como uma região economicamente homogênea, uma vez que, ao longo de sua formação histórica, consolidaram-se diferentes subconjuntos socioeconômicos resultantes de distintos processos de ocupação e desenvolvimento. Nesse sentido, a autora identifica três grandes recortes socioeconômicos no Nordeste: o primeiro, do Rio Grande do Norte a Alagoas, marcado pela economia açucareira e pecuária, com forte presença de oligarquias; o segundo, envolvendo Bahia e Sergipe, articulado a partir de Salvador como centro mercantil e portuário, com destaque para a cana-de-açúcar e o cacau; e o terceiro, formado por Piauí e Maranhão, caracterizado historicamente como área de transição e expansão da fronteira agrícola (Araújo, 2020).

Partindo dessa compreensão, a discussão teórica deste trabalho foi subdividida em dois eixos principais. O primeiro aborda a diversidade natural, social e cultural da região. O segundo eixo discute as contribuições do ensino de Geografia para a problematização dessas representações, enfatizando o potencial de práticas pedagógicas voltadas à valorização da pluralidade nordestina e à formação de uma leitura crítica do território.

2.1 Diversidade natural, social e cultural

A despeito da constituição de um imaginário que reforça a visão do Nordeste somente a partir do sertão, este está dividido em quatro importantes regiões com características diferentes e únicas, sendo estas a Zona da Mata, o Agreste, o Meio Norte e o Sertão. Todas essas regiões que compõem o Nordeste trazem consigo particularidades que variam desde características físicas até culturais e que remontam ao processo histórico de apropriação desses espaços.



Segundo Garcia (2017) e Andrade (2007), o Nordeste pode ser dividido em quatro sub-regiões. A Zona da Mata, de clima tropical úmido, concentra as primeiras áreas de ocupação e desenvolvimento da economia açucareira; o Agreste constitui uma faixa de transição entre a Zona da Mata e o Sertão, historicamente ligada à pecuária; o Meio-Norte, abrangendo o Maranhão e parte do Piauí, apresenta características de transição entre o semiárido nordestino e a Amazônia; e o Sertão, a mais extensa dessas sub-regiões, tendo como principal característica o clima semiárido. Sobre este Marengo et al (2011) salienta que

O clima semiárido no interior da região Nordeste apresenta, em média, precipitação acumulada inferior a 600 mm. No norte da região, área que abrange a maior parte do semiárido, o período chuvoso ocorre entre os meses de fevereiro a maio. Este setor se destaca em virtude de nele ocorrerem as maiores secas. A estação seca ocorre, na maior parte da região, entre os meses de agosto e outubro. Utilizando-se como critério para avaliar a vulnerabilidade climática da região o percentual de dias com déficit hídrico (relação entre o número de dias com déficit hídrico e o número total de dias) para o período 1970-90 sugere-se que o semiárido apresenta déficit hídrico em pelo menos 70% do ano (Marengo et al, 2011 p. 386).

Como ficou perceptível acima, o Nordeste apresenta uma diversidade de regiões naturais com características próprias. No entanto, foram atribuídas tantas características consideradas “típicas” à região que sua identidade acabou ficando presa a essas representações. Dentre elas, a seca, característica marcante do Sertão semiárido, é apontada como um dos fatores pelos quais o Nordeste é frequentemente reduzido e identificado como esse componente regional. Segundo Albuquerque (2014),

A seca vira um processo social, um produto das relações dos homens, deixando de ser uma situação geográfico-climática. Institui-se no imaginário, como representação social. O Nordeste será visto sempre com seca, estando no Litoral; no Agreste; no Brejo, sendo somente sertão (Albuquerque, 2014, p. 07).

Essa construção discursiva não apenas produziu uma identidade regional marcada pela seca e pela carência, mas também orientou práticas institucionais, políticas públicas e abordagens educacionais que passaram a reproduzir essa imagem como verdade naturalizada. Embora a seca constitua uma ocorrência climática característica do semiárido, sua transformação em problema social não pode ser compreendida exclusivamente a partir dos fatores naturais (Albuquerque Jr., 2011).



Neste sentido, historicamente, os períodos de estiagem foram utilizados por grupos políticos regionais como mecanismo de captação de recursos públicos e manutenção de relações de poder, processo frequentemente associado à chamada “indústria da seca”. Dessa forma, a seca não deve ser entendida apenas como fenômeno climático, mas também como questão social e política historicamente construída. De acordo com Carvalho (2012),

Uma vez apresentada como “catástrofe”, a partir dela as retóricas de fatalidade climática passaram a direcionar os projetos e programas de desenvolvimento para o Semiárido. Emerge um sentido de conhecer e dominar a natureza, quando a cada “grande” seca surgia uma nova orientação para as intervenções do Estado sobre esse território, reordenando-o segundo planos de desenvolvimento regionais, com ênfase nas ações de correção hídrica de “combate à seca” (Carvalho, 2012, p. 97)

A reflexão de Carvalho (2012) evidencia que a seca, embora seja um fenômeno climático característico do semiárido, foi historicamente transformada em elemento central das políticas de intervenção estatal e das representações construídas sobre a área. Como consequência, consolidou-se uma visão do Nordeste fortemente associada à escassez hídrica e à pobreza. Essa redução não afeta apenas a compreensão das características naturais locais, mas também contribui para invisibilizar sua diversidade.

Em consonância com esta perspectiva, Silva (2007), evidencia que historicamente as políticas públicas voltadas ao semiárido brasileiro foram marcadas por um paradigma centrado no “combate à seca”, que entendia o fenômeno climático como um problema a ser eliminado por meio de grandes obras hídricas e intervenções emergenciais. Segundo o autor,

A intervenção governamental no Semiárido brasileiro, em grande parte, tem sido orientada por três dimensões que se combinam no combate à seca e aos seus efeitos: a finalidade da exploração econômica; a visão fragmentada e tecnicista da realidade local; e o proveito político dos dois elementos anteriores em benefício das elites políticas e econômicas regionais (Silva, 2007, p. 471).

Nesse modelo, portanto, predominou uma visão tecnicista e emergencial da região, que reforçou práticas que desconsideram as dinâmicas socioambientais próprias do semiárido. Tal lógica contribuiu para a construção de representações negativas da região, associando-a à carência e à inviabilidade produtiva, o que, por sua vez, influenciou diretamente a formulação de políticas públicas pouco integradas às realidades locais (Silva, 2007).



Entretanto, nas últimas décadas, observa-se um processo de transição paradigmática, no qual ganha força a perspectiva da “convivência com o semiárido”. Essa mudança representa uma inflexão importante nas formas de compreender e intervir na área, valorizando estratégias de adaptação às condições climáticas, o uso sustentável dos recursos naturais e o fortalecimento das populações locais, compreendendo que não se combate características físico-naturais. Ainda segundo Silva (2007),

Articuladas à emergência de um novo paradigma de sustentabilidade, ocorrem mudanças nas concepções e perspectivas de intervenção no Semi-árido brasileiro, como um espaço onde é possível construir ou resgatar relações de convivência com base na sustentabilidade ambiental, na qualidade de vida das famílias sertanejas e no incentivo às atividades econômicas apropriadas” (Silva, 2007, p. 475).

Nesse novo paradigma, políticas como a construção de cisternas, o incentivo à agroecologia e a valorização dos saberes tradicionais indicam uma reorientação das ações estatais, que passam a reconhecer a região como um espaço de potencialidades. Trata-se de uma mudança que não é apenas técnica, mas também política e simbólica, pois redefine a própria forma de compreender o Nordeste semiárido no contexto das políticas públicas brasileiras (Silva, 2007).

Além da grande diversidade natural e paisagística presente nas diferentes sub-regiões do Nordeste, a região carrega uma grande diversidade sociocultural que reverbera na construção de identidades múltiplas. Diferentes são as representações culturais que encontramos ao longo dos nove estados da região - festas típicas, sotaques, culinária - todos compondo uma multiculturalidade enorme que produz, consequentemente um mosaico de identidades. Entretanto, assim como as características naturais são, por vezes, reduzidas a seca e ao sertão, as particularidades culturais da região também são negligenciadas. Nesse sentido, tais simplificações também aparecem em interpretações clássicas sobre o sertão e sua população, nas quais se estabelece uma forte distinção entre o interior e o litoral. Segundo Ribeiro (1995),

Na verdade, a sociedade sertaneja do interior distanciou-se não só espacial mas também social e culturalmente da gente litorânea, estabelecendo-se uma defasagem que as opõe como se fossem povos distintos. O sertanejo arcaico caracteriza-se por sua religiosidade singela tendente ao messianismo fanático, por seu carrancismo de hábitos, por seu laconismo e rusticidade, por sua predisposição ao sacrifício e à violência. E, ainda, pelas qualidades morais características das formações pastoris do mundo inteiro, como o culto da honra pessoal, o brio e a fidelidade a suas chefaturas” (Ribeiro, 1995, p. 320).

Quando se analisa a construção das identidades regionais, observa-se que esse tipo de representação contribui para a fixação de estereótipos sobre o nordestino frequentemente associado a uma identidade homogênea e imutável, marcada pelo sofrimento histórico. A respeito disso, Albuquerque (2014) pontua que o cinema nacional foi um dos fatores importantes para constituir uma visão estereotipada acerca do povo nordestino e de alguns símbolos que compõem a região:

O universo popular impregnou o cinema nacional, seus personagens eram, assim como seus realizadores, alheios ao mercado capitalista, serão os retirantes, os beatos, os coronéis e os cangaceiros. O nordestino no cinema sempre será marginal ao sistema capitalista, sempre estará deslocado da sociedade, a sua resposta a opressão será a violência (Albuquerque, 2014, p. 6).

Assim, se constitui uma visão identitária dos sujeitos nordestinos pautada na violência e na aversão à modernidade. Toda essa construção estereotipada que o cinema e outros dispositivos midiáticos ajudaram a construir, servem de reforço para reprodução da xenofobia¹ que há muito tempo é praticada contra o povo da região. Assim que:

A violência passa a ser resposta a todas as personagens nordestinas; os que se revoltam contra a violência dos latifundiários viram cangaceiros, os que se revoltam contra a violência da igreja viram beatos, as que se revoltam contra a violência da moral e bons costumes viram prostitutas, bandidos, andarilhos; os que se revoltam contra a violência da disciplina viram os ignorantes. A imagem do Nordeste vai ser moldada em cima da violência, as personagens serão movidas pela violência, esse sentimento irracional e selvagem que move todos os animais (Albuquerque, 2014, p. 6).

É importante mencionar que a discussão acerca da identidade é historicamente motivo de pesquisa. Algumas abordagens sobre a temática, como as de Zygmunt Bauman (2005) e Stuart Hall (2003), nos oferecem arcabouço teórico para compreender as múltiplas formas de representação e os estigmas construídos sobre os sujeitos que habitam o semiárido nordestino. Os autores compreendem a identidade enquanto uma construção histórica, social e cultural maleável que se transforma conforme relações de poder, discursos e contextos socioculturais nos quais o sujeito está inserido.

Bauman (2005) trabalha com o conceito de modernidade líquida, onde as identidades tornam-se instáveis e transitórias, moldadas por contextos de constante

¹ Xenofobia é definida como aversão, hostilidade ou preconceito contra estrangeiros ou indivíduos pertencentes a grupos culturais, regionais ou nacionais distintos, manifestando-se por atitudes discriminatórias de exclusão social (Ferreira, 2010).

mudança e pela busca de pertencimento e entendimento de si. A identidade é, portanto, fluida, fato que contrasta com os estereótipos cristalizados historicamente acerca dos sujeitos nordestinos. A construção imagética/identitária dos nordestinos frequentemente representados como atrasados, pobres, dependentes de políticas assistencialistas ou limitados por condições climáticas adversas e antes de tudo fortes como pontuou Euclides da Cunha (1902), autor criticado pela concepção que possui sobre o Nordeste, de colocar o nordestino não só como um forte mas como culturalmente atrasado dada as condições de vida e clima árido, são discursos que fixam uma identidade imutável, que foi construída por discursos de pessoas de fora da região e que silenciam a enorme pluralidade das populações locais.

Sob a perspectiva de Hall (2003) podemos perceber como a identidade do sujeito nordestino é fruto das relações de poder e destes discursos externos, sobretudo do centro sul, que se sustentam em uma construção historicamente equivocada. Para Hall (2003), as identidades são produzidas dentro de discursos culturais e políticos que definem quem o sujeito é, e quem ele não é. Por isso, a identidade é relacional construindo-se em oposição a um “outro” e estando sujeita a processos de representação e poder.

Deste modo, a imagem do nordestino, em especial do habitante do semiárido, foi historicamente construída por discursos externos — como os da mídia, da política, da literatura — que o colocam como “o outro” em relação ao restante do Brasil que é moderno, urbano e desenvolvido e cuja identidade é, portanto, líquida.

As reflexões de Hall (2003) acerca da identidade como construção discursiva dialogam com a perspectiva de Albuquerque Júnior (2011), na medida em que ambos evidenciam que identidades e regiões são produtos históricos atravessados por relações de poder. Ademais, a ideia de fluidez identitária de Bauman (2005) reforça a impossibilidade de fixar o nordestino em um modelo único e imutável.

Cabe destacar que figuras como os cangaceiros, beatos, sertanejos, coronéis e outros símbolos são sim partes constituintes e importantes da cultura nordestina ao longo do tempo. No entanto, o ponto é como estas figuras são geralmente representadas de maneira preconceituosa ou buscando a homogeneização do povo da região. Segundo Souza e Silva (2021), os vários interesses e as diversas identidades das pessoas não podem ser representados por um único dispositivo discursivo. No entanto isto é algo que por vezes acontece com os nordestinos, que, acabam por ser representados e reduzidos a um único aparato discursivo - o sotaque, os seus costumes, a seca, a identidade



cristalizada – quando, na verdade, pensar em nordeste é intrinsecamente pensar em pluralidade.

Nesse contexto, o ensino de Geografia assume papel estratégico, uma vez que é por meio dele que essas múltiplas dimensões do Nordeste podem ser apresentadas de forma crítica e contextualizada aos educandos. Ao trabalhar as diferentes regionalizações e toda a diversidade paisagística e cultural da região, a Geografia contribui para romper com a visão homogênea que reduz o Nordeste exclusivamente ao semiárido e à seca. Assim é possível afirmar que a abordagem de tais características, sobretudo quando articulada à realidade dos estudantes, constitui um caminho importante para desconstruir representações simplificadoras e ampliar a compreensão sobre a complexidade regional.

2.2 O papel do ensino de Geografia

O ensino de Geografia possui papel central na desconstrução destes estereótipos historicamente atribuídos à região Nordeste visto que o pensamento geográfico contribui significativamente para a contextualização do educando enquanto cidadão no mundo (Cavalcanti, 2002). A Geografia, ao trabalhar conceitos como espaço, região, território, identidade e paisagem, permite que o aluno compreenda que nenhuma região pode ser reduzida a uma única característica, e que toda representação do espaço é fruto de disputas discursivas, escolhas políticas e construções históricas.

Tal fato dialoga com a perspectiva de educação crítica de Freire (1996), segundo a qual o ensino deve partir da realidade concreta dos sujeitos e promover a leitura crítica do mundo, ou seja, o processo de ensino-aprendizagem deve possibilitar que os educandos compreendam e questionem as estruturas sociais que produzem e reproduzem tais desigualdades e estereótipos.

Ainda neste viés, segundo Carvalho (2014), o ensino de Geografia deve englobar o local-global-local, partindo da realidade vivida do educando como instrumento de construção de saber. Fato que é proposto, também por Freire (1996), ao defender uma educação contextualizada, construída a partir das experiências cotidianas dos educandos. Carvalho (2014), ressalta que embora nas salas de aula brasileiras os livros didáticos ainda apresentem o fenômeno das secas na região como algo atípico e fatídico, é papel da Geografia calcar o processo de ensino-aprendizagem nas experiências cotidianas dos educandos para construção de conhecimento emancipador.



Deste modo, o professor, ao apresentar diferentes formas de regionalização do Nordeste — como as divisões naturais (Zona da Mata, Agreste, Meio-Norte e Sertão), culturais ou econômicas — demonstra que a ideia de “um Nordeste só” é, antes de tudo, uma construção. Esse tipo de abordagem ajuda a romper com a noção de homogeneidade, mostrando que a pluralidade é marca constitutiva da região.

Outro aspecto fundamental é o estudo crítico das representações midiáticas e artísticas, como as analisadas por Albuquerque Júnior (2011) e Tamanini e Silva (2019). O ensino de Geografia pode propor atividades que levem os estudantes a compreender como o cinema, a televisão, a literatura e a iconografia da seca contribuíram para construir um imaginário estereotipado sobre o Nordeste.

A análise de filmes, reportagens, anúncios, fotografias e do próprio livro didático enquanto dispositivos de representação do Nordeste evidencia o papel dos discursos visuais na construção e legitimação de imaginários regionais estereotipados historicamente. Nesse sentido, Tamanini e Silva (2019) destacam que

Na maioria das vezes, os livros didáticos representam o Nordeste de modo estereotipado, parcial e incompleto. Assim, movidos por interesses de ideologias usurpadoras do real, a presença das imagens em certos casos faz confundir e põe sob suspeita os direcionamentos editoriais e a licitude da escrita verbal. Quando não se encontra nexos entre a narrativa e a textualidade das imagens, verifica-se um distanciamento, um conflito e lacunas imperdoáveis, porque alimentadoras de estereótipos nocivos e preconceituosos (Tamanini; Silva, 2019, p. 320).

Os autores evidenciam que a iconografia da seca não atua como mera ilustração neutra, mas como elemento ativo na produção de sentidos sobre a região (Tamanini; Silva, 2019). Ademais, ressaltam a dimensão pedagógica da imagem ao afirmarem que elas podem ser utilizadas enquanto recurso pedagógico, mas que “a amplitude das imagens fixas, fotografias, charges devem ser bem problematizadas pelo professor (Tamanini; Silva, 2019, p. 322). Assim, tornando-se instrumento pedagógico capaz de promover leituras mais complexas e contextualizadas do espaço geográfico, tensionando a relação entre o “real” e o “imaginário” construído socialmente sobre a região.

Este processo se aproxima da noção de leitura de mundo proposta por Paulo Freire (1989), na qual os educandos aprendem a interpretar criticamente as narrativas e imagens que circulam na sociedade, compreendendo que tais representações são selecionadas, editadas e vinculadas a interesses específicos. Assim, desenvolve-se uma postura crítica diante do consumo de imagens e informações, possibilitando identificar preconceitos e



generalizações que ainda permeiam a sociedade brasileira. Esse tipo de análise fortalece a alfabetização midiática e contribui para combater a xenofobia regional, ao passo que utiliza a indústria cultural e as novas tecnologias de informação para produção de conhecimentos (Carvalho, 2014).

Além disso, o ensino de Geografia permite trabalhar a multiplicidade cultural do Nordeste e sua relação com a formação das identidades. A partir das reflexões de Bauman (2005) e Hall (2003), o professor pode discutir com os estudantes que as identidades são fluidas, mutáveis e construídas historicamente. Isso ajuda a desmontar a visão de um “nordestino típico”, apresentada como fixa e atemporal, que muitas vezes associa o sujeito nordestino à violência, ao atraso ou ao sofrimento. Ao apresentar as diferentes manifestações culturais nordestinas, seus sotaques, culinárias, festas, práticas religiosas e modos de vida variados, o ensino de Geografia mostra que a identidade nordestina é múltipla e em constante transformação, refletindo a dinâmica própria de qualquer sociedade.

O estudo das características naturais do Nordeste também é um instrumento pedagógico importante para romper estereótipos. Ao abordar o clima, a vegetação e a hidrografia da região a partir de dados científicos, como os de Marengo et al. (2011), o professor demonstra que o semiárido, embora marcado pela irregularidade das chuvas, apresenta grande diversidade ambiental e não pode ser reduzido à ideia de atraso propagada historicamente. Outro aspecto relevante de ser abordado é a biodiversidade regional, sobretudo da caatinga, bioma exclusivamente brasileiro. Segundo Carvalho (2012),

A Caatinga é uma vegetação peculiar. Exclusivamente brasileiro, esse bioma ocupa uma área de 734.478 km², conferindo um patrimônio biológico que não é encontrado em nenhum outro lugar do mundo, nem em outras regiões semiáridas. As macropaisagens da Caatinga são definidas pelas condições variadas de semiaridez e denotam uma diversidade agroecológica e agroecossistêmica que contrapõe a ideia equivocada de que seja uma vegetação monótona. Mesmo a Caatinga com posição exclusiva dentre os biomas brasileiros, alguns mitos circulam ao seu respeito, tais como ser uma vegetação estéril e pobre em biodiversidade. (Carvalho, 2012, p. 80).

A compreensão dessas características torna-se fundamental no ensino de Geografia. Ao evidenciar a riqueza biológica da Caatinga e a diversidade de paisagens que compõem esse bioma, o trabalho pedagógico contribui para romper com a visão



reducionista deste espaço. Nesse sentido, o estudo crítico das potencialidades ambientais da região favorece a construção de leituras mais contextualizadas sobre o Nordeste, valorizando seus recursos naturais e ampliando a compreensão dos educandos acerca da complexidade territorial brasileira.

Ademais, incluir no ensino conteúdos sobre biodiversidade, geodiversidade, reservas ambientais e iniciativas de convivência com o semiárido, ajuda a mostrar que o Nordeste é espaço de inovação, resistência e adaptação, e não somente de carência.

[...] defende-se que a Geografia dê sua parcela de contribuição, gerando temas pertinentes sobre o ecossistema semiárido, suas diversidades humanas e das possibilidades de um desenvolvimento sustentável com estes contextos plurais, não mais marcadamente, apresentados e visibilizados somente pela presença da seca (Carvalho, 2014, p. 11)

Em termos práticos, o professor pode propor análises comparativas entre diferentes representações do Nordeste na mídia, trabalhar com mapas temáticos que evidenciem a diversidade ambiental da região ou desenvolver debates acerca das múltiplas identidades culturais presentes nos estados nordestinos. Outrossim, deve apresentar o Nordeste em sua totalidade, articulando aspectos naturais, históricos, culturais e identitários de forma crítica e contextualizada.

Assim, o ensino de Geografia aproxima-se da concepção freireana de educação (Freire, 1996), na qual o conhecimento não é apenas transmitido, mas construído criticamente a partir da realidade dos educandos, possibilitando a formação de sujeitos capazes de interpretar e transformar o mundo promovendo o reconhecimento da complexidade do Nordeste, a valorização da sua diversidade e o combate a práticas discriminatórias e preconceituosas.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas ao longo deste estudo permitem compreender que o Nordeste e o nordestino ainda são vistos e representados de maneira reducionista. No entanto é saliente que a região é uma das mais ricas do país tanto em aspectos naturais, sociais, identitários e históricos. É importante, portanto, que esta riqueza seja apresentada e explorada de maneira correta, para que alguns dos preconceitos e a imagem arcaica que muitos têm da região, sejam sanados.



Ao buscar compreender como se deu a construção histórica e simbólica da Região a partir de estereótipos redutores e qual o papel do ensino de Geografia na desconstrução de tais representações, torna-se evidente, a partir da leitura dos autores analisados, que o Nordeste não é uma realidade dada, mas uma construção histórica, política e discursiva como ressalta Albuquerque Júnior (2011). Nesse sentido, cabe à Geografia, a partir de um ensino crítico e contextualizado com a realidade dos educandos, mostrar tal perspectiva.

As contribuições de Albuquerque Júnior (2011) e Albuquerque (2014) demonstram que a ideia de “Nordeste” foi forjada por narrativas que associam a região ao atraso, à seca e à marginalidade, enquanto Garcia (2017) evidencia a pluralidade interna da região, frequentemente invisibilizada. Tamanini e Silva (2019) reforçam como a mídia e a iconografia da seca consolidaram imagens homogêneas, ao passo que Bauman (2005) e Hall (2003) permitem compreender a identidade nordestina como processo dinâmico, relacionado ao meio e em constante transformação. Neste sentido, este artigo mostra que a homogeneização do Nordeste é resultado de disputas de representação e relações de poder, e que o ensino de Geografia, ao trabalhar criticamente os conceitos de região, território e identidade, constitui instrumento fundamental para romper com leituras simplistas, valorizando a diversidade regional, ao passo que contribui para a formação de sujeitos capazes de questionar discursos hegemônicos.

Dessa forma, convém destacar que este trabalho não tem a intenção de subjugar os símbolos nordestinos ou de dizer que estes não são importantes. A construção histórica de símbolos ainda presentes como o cangaço, o sotaque, o sertão, a seca compõe parte da construção histórica, econômica e política da região, mas não podem ser os símbolos que a totalizam. São características que carregam consigo a força do povo nordestino e contribuem para a construção de identidades plurais, portanto, devem ser resguardados e retratados de forma não estereotipada. A valorização da cultura nordestina somente contribuirá para a compreensão da multiculturalidade da região. Desse modo, a mesma deixará de ser representada apenas por características pontuais, mas sim enquanto um mosaico de riquezas que a estruturam enquanto uma das regiões mais importantes do país.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A. N. **Domínios morfoclimáticos do Brasil**. São Paulo: Instituto de Geografia da USP, 1969.



ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ALBUQUERQUE, N. S. Apoderamento imagético do Nordeste do Brasil: Estereótipo e Discurso nas Artes. **Revista ComSertões**, v. 2, n. 1, 2014.

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem do Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2007

ARAÚJO, T. B. de. O Nordeste no Brasil contemporâneo: desigualdades e possibilidades. In: ARAÚJO, T. B. de. (org.). **Desenvolvimento regional no Brasil**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2020.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. **Projeto RADAMBRASIL: levantamento de recursos naturais**. Rio de Janeiro: DNPM, 1983.

CARVALHO, L. D. **Natureza, território e convivência**: novas territorialidades no semiárido brasileiro. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

CARVALHO, L. D. **A educação contextualizada como itinerário descolonial e complexo aplicado ao ensino de Geografia nos contextos semiáridos**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 4., 2014. Anais [...]. São Paulo: SINPRO-SP, 2014. Disponível em: <https://www1.sinprosp.org.br/conpe4/revendo/trabalhos/4.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2026.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia e práticas de ensino**. Goiânia: Alternativa, 2002.

CAVALCANTI, L. de S. **Geografia, escola e construção do conhecimento**. 18. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

CUNHA, E. da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1902.

FERREIRA, A. B. de H. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1989.

GARCIA, C. **O que é Nordeste brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MARENGO, J. A.; ALVES, L. M.; BESERRA, E. A.; LACERDA, F. F. Variabilidade e mudanças climáticas no semiárido brasileiro. In: MEDEIROS, S.; GHEYI, H. R., GALVÃO C. de O.; PAZ, V. P. da S. (org.). **Recursos hídricos em regiões áridas e semiáridas**. Campina Grande: INSA, 2011. p. 383-422.



NÓBREGA, P. R. da C. **Reflexões didáticas sobre o conceito de região na Geografia.** Revista Tamoios, São Gonçalo (RJ), ano 11, n. 1, p. 107-130, jan./jun. **2015**.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, R. M. A. da. Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: políticas públicas e transição paradigmática. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 3, p. 467–485, jul./set. 2007.

SOUSA, J. L. de; DA SILVA, J. L. G. A HOMOGENEIZAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DA RAÇA NEGRA E AS CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS CULTURAIS. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 36, n. 1, 2021.

TAMANINI, P. A.; SILVA, E. D. R da. O Nordeste, as imagens e o ensino: o real e o imaginário na iconografia da seca. **Revista Linhas**, v. 20, n. 43, p. 317-337, 2019.

